

ITINERÁRIOS DE CATADORES: (DES)ENCONTROS COM O CAMPO AMBIENTAL

Resultado de investigação finalizada.

GT 15- Medio Ambiente, sociedad y desarrollo sustentable.

Cassiano Pamplona Lisboa

(Doutor em Educação; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS – Campus Porto Alegre)

Resumo

O presente trabalho discute a relação de catadores de materiais recicláveis integrantes de cooperativas localizadas na região sul do Brasil com os discursos que os interpelam. Desenvolvida através do acompanhamento *in situ* das atividades dos catadores, a investigação focalizou as práticas sociais (discursivas e não discursivas) utilizadas por estes na (re)invenção de seus cotidianos e suas trajetórias de vida. No que tange aos atravessamentos entre o campo ambiental, a reciclagem e os catadores, os resultados sugerem que, a despeito da significativa ampliação do repertório simbólico desde o qual ambos – catador e reciclagem – veem sendo pensados, as repercussões da incorporação do argumento ambiental para esses sujeitos, em especial sob a forma de oportunidades para reconstrução de si, ainda são pouco sensíveis.

Palavras-chave: Catadores; campo ambiental; práticas sociais.

Introdução

A emergência do *ambiental* como discurso e como campo social engajado em disputas simbólicas é um fenômeno histórico recente. De uma parte, inscreve-se no contexto de desenvolvimento tecnológico e científico, ao mesmo tempo causa e possibilidade de diagnóstico dos problemas de saúde e ecológicos resultantes das atividades humanas; de outra, dá-se atrelada aos movimentos de contracultura das décadas de 1960 e 1970, às lutas do movimento ecológico, à consequente ampliação do debate acerca dos limites do modelo capitalista de desenvolvimento, à redemocratização do país e à redefinição da esfera pública mediante a entrada em cena de novos movimentos sociais e de novas pautas de reivindicação. Trata-se de um processo complexo que não se restringe à (nem se permite apreender em) uma sequência linear (com sentido crescente) de acontecimentos; pelo contrário, compreende um conjunto de avanços e de recuos, de ações e de reações, de conflitos e de redirecionamentos.

Inscrita no desenrolar desses processos e de modo especial aos debates acerca da gestão pública dos resíduos, temos, ainda mais recente, a emergência e consolidação de uma cadeia produtiva organizada em torno da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos. Disposta de formas distintas nos diferentes países e regiões, a trama de relações sociais que sustentam e significam o trabalho de reciclagem, numa das pontas da cadeia, e a coleta, a triagem, o beneficiamento e a comercialização dos materiais recicláveis, na outra, inscreve-se no campo ambiental e o redefine de formas específicas. No Brasil, por exemplo, especula-se que o contingente de catadores e catadoras de materiais recicláveis seja de cerca de um milhão de pessoas (Brasil, 2010).

As mulheres e os homens que traçam inscrevem seus itinerários na reciclagem e cotidianamente constroem seus meios de subsistência através da catação nas ruas dos centros urbanos, ou que se

dedicam à triagem em coletivos de trabalho, sobrevivem em condições adversas. Experimentam, em maior ou menor medida, restrições de acesso a serviços essenciais básicos, tais como saneamento, segurança, saúde e educação, condições precárias e/ou insalubres de trabalho e moradia, falta de estímulo à inserção política, variações significativas em seus baixos rendimentos e dificuldades para se libertarem das relações de dependência que estabelecem com atravessadores ou com entidades assistenciais (Pinheiro, Lisboa, Amaral e Cargnin, 2009; Fischer; Stephanou; Meyer, 2010). Ademais, interpelados por uma pluralidade de discursos nos quais eles mesmos e a atividade que desempenham são ditos, ainda não obtêm um retorno significativo das recentes oportunidades (e exigências) de reposicionamentos (físicos e simbólicos) inauguradas pela generalização e difusão (a nível local e mundial) do debate ecológico.

Por outro lado, apesar (ou em função) das dificuldades, constroem formas próprias de sociabilidade, apropriam-se dos enunciados que os interpelam, aderindo ou resistindo a eles, na ressignificação de suas relações com a sociedade, com a atividade que desempenham e consigo mesmos. Enunciam através dos seus itinerários os limites e as contradições de um modelo de sociedade baseado no consumo e no descarte, não apenas de objetos, mas também de relações, de pessoas, de horizontes. Uma trama complexa de atravessamentos nos desafia a repensar a rigidez dos lugares desde os quais oferecemos leituras acerca dos seus posicionamentos e nos convida ao aprofundamento da reflexão sociológica e da atenção educativa com vistas à construção de quadros mais justos e ecologicamente viáveis.

Resultado de um conjunto de vivências com catadoras e com catadores¹ de materiais recicláveis integrantes de associações e cooperativas localizadas na região sul do Brasil, o presente trabalho focaliza suas práticas sociais (discursivas e não discursivas) sob o prisma da reinvenção cotidiana de itinerários. A referência a itinerários, nesse contexto, alude a um conjunto de operações que se sucedem no tempo e através das quais seus sujeitos ora conformam-se aos enquadramentos sociais existentes, ora resistem a eles. Alude, além disso, a um constante movimento “entre lugares” (físicos e simbólicos), a idas e vindas, a fluxos, a mobilidades, enfim, a vidas que se fazem em trânsito.

A pesquisa que lhe dá origem teve como objetivo, entre outros, compreender como esses sujeitos (as catadoras e os catadores), ao se inscreverem em um campo que os antecede e ultrapassa, relacionam-se com um conjunto heterogêneo de enunciados nos quais a atividade que desempenham e eles mesmos são ditos. De modo análogo, mas no sentido inverso, almejou ponderar as contribuições do campo ambiental aos sujeitos, tomadas sob a forma de oportunidades para a recolocação social e para a reformulação de si.

Da opção pela catação e sua reconstrução como trabalho digno

Assuntos dispersos (nesta narrativa): soube que o que aconteceu com o Reginaldo foi um princípio de derrame e que ele está agora com os movimentos de uma perna comprometidos; soube que há a promessa da doação de um carrinho elétrico para o grupo, carrinho este que ou eu ou as mulheres pouco compreendem (haja vista o estranhamento com que recebi as descrições que me fizeram do tal equipamento); [...] por fim, fato curioso e inusitado, Rosi levou um arranhão de uma “louca” na rua – inusitado porque não esperado e curioso porque encontro entre duas mulheres nem tão distantes assim no espaço social, ao menos no que se refere à quantidade de capital econômico de que dispõem, mas com posicionamentos radicalmente distintos: sobreviver às margens do social, inserida nele e almejando cada vez maior inserção, ou retirar-se dele, rejeitando-o como destino. (Lisboa, 2013, p. 129)

¹ Cujos nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios nos excertos do diário de campo utilizados como epígrafes para as duas seções seguintes do texto.

Mais do que mero adereço, o encontro entre a “louca” e a catadora, resumido de forma mal acabada no excerto apresentado acima, é alusivo aos limites tênues que separam o mesmo do outro, o semelhante do diferente, longo, dos limites de nosso próprio pensamento. Trata-se do encontro entre duas mulheres: andarilhas, pobres e que provêm seu sustento a partir dos restos descartados por outrem. Às duas estão vedadas certas possibilidades, aberturas sociais desigualmente distribuídas entre os habitantes da urbe e que, assim dispostas, mantém-os afastados (ainda que fisicamente se esbarrem). Sobre as duas recai o peso do estigma, dessa carga simbólica projetada sobre os destituídos de capital econômico e que lhes transforma, aos olhos da sociedade, em sujeitos destituídos também de capital cultural. Às duas, pois, resta a sobrevivência nos interstícios, a sobrevivência em trânsito e não por que um lugar próprio lhes é negado, mas por que o lugar que lhes é reservado não corresponde às suas expectativas, às suas reais necessidades, logo, não lhes serve (é importante que se diga que não serviria a qualquer um dos que, imbuídos de boa vontade, insistem em aprisionar esses sujeitos neles).

Entre as duas, contudo, permanece posta uma distância: nem tão pequena, a ponto de permitir confundi-las, tomar uma pela outra, nem tão grande, a ponto de impossibilitar que se admita a possibilidade de conversão. A distância, neste caso, traduz-se em fronteira. Enquanto a primeira recusa (agredindo indistintamente os que passam na rua, tanto os que viram a cara quanto os que estendem a mão) um engajamento social nos termos que lhe são impostos e se aliena num mundo próprio cuja estrutura e lógica nos parecem estranhas, a segunda, desde os seus horizontes, aposta numa reconciliação (mais efetiva e menos interdita) e opta (não sem reservas, não sem astúcias) por continuar jogando conforme as regras. Fronteira, portanto, que estabelece um lado de dentro em relação a um lado de fora e que, dessa forma, separa e interconecta os habitantes de cada um deles.

Sob essa perspectiva, a manutenção das condições materiais de existência (individual e familiar), através da coleta, da reutilização e da comercialização dos resíduos descartados nos grandes centros urbanos, ainda que frequentemente atribuída (pelos próprios catadores) à “falta de outras opções”, configura, em última análise, uma escolha. Trata-se da opção pela sobrevivência através de uma atividade moralmente aceita, ainda que simbolicamente desvalorizada. A compreensão dessa opção como “impossibilidade de escolha”, neste caso, remete menos a uma real ausência de alternativas do que aos limites do quadro de possibilidades no interior do qual os sujeitos se situam. Nos termos de Bourdieu (2007, 2011), remete ao conjunto de disposições adquiridas no convívio social que repercutem nas tomadas de posição dos agentes.

No que tange às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis, em especial àqueles ouvidos nesta investigação, a opção pela reciclagem ou a falta de opção que leva a ela, afirmam-se em relação a um conjunto mais amplo de (im)possibilidades, entre os quais se encontram, por exemplo, a mendicância e o delito. Consideradas as precárias condições materiais de vida de muitos desses sujeitos, bem como o amplo espectro de interdições sociais que se lhes são impostas, a manutenção desse horizonte de possibilidades fora dos seus horizontes de possibilidades pode ser interpretada como resultado (e, nesse sentido, também como evidência) de um processo de subjetivação complexo no qual acontece a internalização de normas e expectativas socialmente compartilhadas. Trata-se, neste caso, da internalização de uma cultura do trabalho e não do delito, cultura esta que leva os seus sujeitos a o inventarem quando este se lhes é negado (Perelman, 2011), como pode ser constatado no seguinte depoimento de uma das catadoras entrevistadas:

“Porque eu digo assim: pessoa desempregada tem em qualquer esquina, a gente encontra, e saquinho de lixo também. Então eles, na cabeça deles, se eles estão ali numa esquina sem ter o que fazer, e encontram uma sacola de PET², eles vão chegar e vão vender. Se eles conseguirem

² Politereftalato de etileno. Polímero termoplástico utilizado para a produção de garrafas. No contexto de utilização da expressão pelos catadores, significa o mesmo que “garrafas plásticas”.

trinta centavos naquela sacola de PET, eles vão depois juntar um saco e ganhar um real, então, em cima disso, é um meio de sobrevivência, é um meio pra quem não tem como trabalhar.” (Depoimento coletado em dezembro de 2008 na cidade de Porto Alegre).

Considerando as dificuldades para inserção formal no mercado de trabalho e os sempre presentes horizontes da mendicância e do delito, “ganhar a vida” por meio da catação configura-se como uma opção, respectivamente, pela *autonomia* e pelo *enquadramento*. Autonomia porque diferentemente do indigente que se entrega e se expõe à compaixão e boa vontade alheias, submetendo-se a elas, o catador afirma-se como sujeito de sua própria sobrevivência. Coloca-se como responsável por si (e pelos seus) no mundo, rechaçando em alguma medida as redes de apoio articuladas em torno da concepção de vulnerabilidade social (se há aposta em uma reconciliação com a sociedade, portanto, ela definitivamente não é feita sem reservas). E enquadramento, pois mesmo reconhecendo as interdições que a sociedade lhe impõe e o lugar social que lhe reserva, não rompe de todo com suas regras, como o louco ou o delinquente. Almeja, em maior ou menor grau, uma inserção efetiva. Opta por permanecer “dentro”, por continuar “jogando conforme as regras” e o faz desde um horizonte onde a mobilidade social se apresenta como função direta do empenho individual. Os excertos selecionados abaixo (provenientes de depoimentos de catadores), cada qual a sua maneira, são alusivos desse duplo posicionamento:

“Eu acho uma boa ideia de não ter um mandante que fica ali fica acatando (sic). [...] É melhor porque aí eu tenho que produzir, eu tenho que fazer pra eu ganhar. Se eu fazer mais, eu ganho mais, se eu fizer menos eu ganho menos. É e não é.” (Depoimento coletado em setembro de 2009 na cidade de Londrina)

“Eu acho que isso não é justo [refere-se à repressão policial contra os catadores]. É um povo que tá trabalhando, que não tá roubando. Me diz então, esses que estão aí fazendo banditismo, que estão matando e roubando, esses aí estão soltos. Eles podem fazer livremente. Eu acho que o carrinheiro puxando o seu carrinho normalmente, ou o carroceiro puxando a carrocinha normalmente, eu acho que não prejudica nada a sociedade, nada contra a sociedade. Eu acho que é contra a sociedade esses banditismos que fazem.” (Depoimento coletado em dezembro de 2008 na cidade de Porto Alegre)

Analisada sob essa perspectiva, a deterioração das condições materiais de vida decorrente do desemprego e do subemprego, por si só, não permite explicar o incremento da quantidade de pessoas que vivem da catação. Ainda que sejam condições para o ingresso na atividade, esses fatores não habilitam diretamente (ou necessariamente) a passagem à condição de catador (Perelman, 2011). Uma vez que as condições “externas” são essencialmente as mesmas, o fator determinante para o ingresso na atividade, neste caso, será o conjunto de disposições internalizadas no convívio social. Na “falta de opção” que leva ao início do itinerário como catador ou como catadora, portanto, há que reconhecer a influência dessas disposições adquiridas, internalizadas sob a forma de *habitus* (Bourdieu, 2007, 2011), que põem em relevo a capacidade dos arranjos sociais de se manterem estáveis ao longo do tempo.

O ingresso na atividade, por seu turno, no tanto de reprodução social que representa, instaura na trajetória dos sujeitos que a ela recorrem algo de ruptura, algo de descontinuidade. Inaugura o reinício de um itinerário e o contato com um campo novo de possibilidades e de exigências. Entre estas, uma das primeiras que se apresenta aos ainda não convertidos catadores é a exigência de lidar com o estigma da atividade e de significá-la positivamente, tendo como referência o mesmo conjunto de disposições que lhes conduziram a esse destino. Para lidar com a vergonha de se ver ou de ser visto sobrevivendo dos restos alheios, uma das principais saídas elaboradas pelos catadores passa pela

inclusão dessa atividade no imaginário associado ao mundo do trabalho (no seu e no dos outros), cuja carga valorativas é, em geral, positiva. E essa operação, os catadores a realizam predominantemente através de seus discursos, num processo contínuo de reafirmação (para si mesmos e para os outros) do valor do trabalho e da correlação entre este e o que fazem:

“Pra mim, assim, na minha cabeça, quando abriu aqui [refere-se ao galpão de reciclagem], meu Deus eu vou trabalhar no lixo, ‘bem capaz!’³. E eu entrei e vi outra coisa assim diferente, tem gente que diz assim pra mim: o que tu quer, uma mulher bonita, tu tem condições de arrumar um lugar melhor. Não, por que eu vou arrumar uma coisa melhor se aqui é um trabalho como outro qualquer?” (Depoimento coletado em dezembro de 2008 na cidade de Canoas)

“Trabalho é a forma de cada homem ou mulher ser digno de seu próprio alimento, seu sustento, de sua própria residência.” (Depoimento coletado em dezembro de 2008 na cidade de Porto Alegre)

A luta que inicia neste momento é, pois, luta por reconhecimento. Trata-se de reconhecer a atividade como trabalho, como forma de “ser digno de seu próprio alimento, seu próprio sustento, de sua própria residência”. Trata-se de se afirmar como trabalhador e, dessa forma, como sujeito digno de reconhecimento. Trata-se, por fim, de lutar pelo reconhecimento alheio, pela reconstrução das estruturas e dos discursos através dos quais a catação e o trabalho com os resíduos, assim como os seus sujeitos, procuram ser fixados e mantidos à margem. E, nessa luta, deixam entrever algo de criatividade em meio à reprodução silenciosa da qual também são agentes.

Entre os catadores que acompanhei, a luta por reconhecimento é travada no dia a dia, nas interações que mantém uns com os outros (catadores) e nas diferentes esferas sociais onde circulam. Nessa luta, mobilizam enunciados diversos, provenientes de matrizes de sentido igualmente variadas, mas que de modo geral aludem ao valor do trabalho e à dignidade daqueles que, submetidos a condições adversas, prosseguem no caminho do “bem”. Para a ressignificação simbólica da atividade e de si mesmos, portanto, recorrem mais a enunciados nos quais a dimensão de superação, pessoal e coletiva, da catação é exaltada do que a argumentos de cunho ambiental, onde a importância da atividade que desempenham é pensada em uma esfera menos centrada no indivíduo e mais voltada à contribuição que oferece à sociedade e ao meio ambiente.

Desencontros com o campo ambiental

Após alguma indecisão e uma tentativa equivocada, localizamos a “casa ecológica” sobre a qual haviam comentado. Trata-se do Centro Urbano de Práticas Ambientais, uma morada-refúgio administrada por um casal de educadores ambientais. No local, uma propriedade modesta e muito bem arranjada, são desenvolvidas atividades de educação ambiental a partir dos princípios da permacultura. [...] Fomos recebidos pela proprietária que, aos poucos, compreendendo o trabalho que desenvolvo junto ao grupo, descreveu e caracterizou detalhadamente os projetos do Centro. Faz-se importante mencionar que, apesar de já ter visitado o local anteriormente, Odete não soube precisar do que se tratava; mencionou apenas o fato de ser uma casa “toda ecológica”, com irrigação por água da chuva entre outras coisas. A referência a elementos e enunciados oriundos do campo ambiental, portanto, faz-se sobre bases frágeis e se dá envolta em um ar de indeterminação, reforçando a hipótese de trabalho segundo a qual a inserção dos catadores de materiais recicláveis no campo se dá pela via da necessidade

³ Expressão regional. “Resposta negativa sintética, de alta expressão e de grande uso.” (Fischer, 1999, p.43).

e não da militância, e que esta, se chega a ser desenvolvida por algum catador, somente se lhe apresenta ao longo da trajetória de trabalho e sob um conjunto especial (e, por isso, raro) de circunstâncias [...]. O que pude presenciar, portanto, foi um ocasional (e, talvez, inevitável) encontro entre duas instâncias instituintes do campo ambiental: aquela representada por (e que nos permite pensar e discutir a emergência de) um habitus ecológico, instância militante e engajada, simultaneamente produto e condição de possibilidade do desenvolvimento de um campo ambiental; e aquela representada pelo trabalhador excluído de outras possibilidades de inserção profissional, desejo de ampliar seu poder aquisitivo e sua participação como consumidor no mercado de produtos, bens e serviços (talvez mais os primeiros e menos o último), articulada e articuladora (ainda que a contragosto ou de forma inconsciente) do mesmo campo ambiental. Encontro com ares de desencontro. Diálogo impossível cada vez mais necessário e inevitável. Até que ponto este encontro constitui para os catadores a possibilidade de ressignificação de sua atividade e trajetórias, constituindo-se para eles em uma instância formativa importante? Ao que tudo indica e conforme explicitado na fala de Odete (que diz gostar de “coisas interessantes como estas”), ainda pouco (a despeito do potencial inerente a ele). (Lisboa, 2013, pp. 139-140)

Conforme apontado na seção anterior, a apropriação dos enunciados que emergem do campo ambiental (ou de processos de ambientalização) pelos catadores e pelas catadoras de materiais recicláveis ainda é pouco frequente se comparada à apropriação de discursos provenientes de outras matrizes de sentido. De acordo com as indicações colhidas durante a pesquisa, é predominante nos discursos cujo argumento central é o trabalho que os sujeitos encontram os elementos necessários à reformulação simbólica da atividade que desempenham e de si próprios. Essa constatação, confrontada à verificação de que as condições de trabalho dos catadores praticamente não se alteraram ao longo das últimas décadas, a despeito da incorporação do argumento ambiental aos debates públicos sobre a gestão dos resíduos (Lisboa, 2013), leva-nos a questionar o alcance das contribuições do campo ambiental tanto para a reciclagem quanto para os catadores. Como no excerto apresentado acima, portanto, convém indagar até que ponto o ingresso na cadeia produtiva da reciclagem e (através dela) no campo ambiental constitui para os sujeitos a possibilidade de ressignificação de sua atividade e de suas trajetórias, configurando-se para eles em uma instância formativa importante. Quais seriam as principais interdições a um engajamento efetivo dos catadores com o campo ambiental e à construção de um sentimento de identificação com os ideais que o animam?

Pensado à luz do modelo teórico dos campos sociais de Bourdieu (2007, 2011), o encontro entre os catadores e os educadores ambientais descrito acima pode ser caracterizado não apenas como o encontro entre agentes que ocupam posições diferentes no espaço social, mas como o encontro entre agentes que ocupam posições diametralmente opostas nesse espaço. Vale lembrar que, segundo esse modelo, cada agente ou grupo de agentes se encontra distribuído no espaço social de acordo com a quantidade absoluta e relativa de capital econômico e de capital cultural que possui e que mobiliza em suas relações. Portanto, em um diagrama que procurasse representar essas quantidades de capital, os catadores, destituídos tanto de capital econômico quanto de capital cultural, ocupariam posições opostas àquelas ocupadas pelos educadores ambientais, possuidores de ambos os tipos de capital (mas, proporcionalmente, de mais capital cultura do que capital econômico).

O fato de esses agentes ocuparem posições tão distantes no espaço social, por si só, não impede que eventualmente se encontrem (como pode ser apreendido no relato acima) ou que mantenham interações sociais prolongadas; diminui, contudo, a chance de isso acontecer. E a razão, neste caso, não é propriamente a distância entre as posições ocupadas, mas a diferença entre as *disposições* que acompanham cada uma dessas posições. Convém mencionar que, para Bourdieu (2007, 2011), a cada classe de posições corresponde uma classe de disposições socialmente produzidas e incorporadas pelos

agentes no convívio social. Esse conjunto de disposições – ou *habitus* - funciona como *princípio gerador e unificador* das práticas dos agentes situados em uma mesma região do espaço social, traduzindo-se em um estilo de vida compartilhado por eles. Consequentemente, o *habitus* atua também como um *princípio de diferenciação*: as disposições e o estilo de vida que caracterizam um determinado grupo de agentes o diferenciam dos demais.

Retomando o encontro entre os catadores e os educadores ambientais e analisando-o sob essa perspectiva, tem-se que representa a reunião e o contato (que permite a comparação) entre *habitus* significativamente distintos. No que se refere aos educadores ambientais, pode-se pensar, seguindo de perto Carvalho e Steil (2009), em um *habitus ecológico* constituído no processo de subjetivação de um campo de preocupações ambientais na sociedade contemporânea. Organizado em torno da crença na possibilidade de curar o conflito entre natureza e cultura, esse *habitus* inaugura um estilo de vida que no plano individual leva à incorporação de novas práticas e atitudes (ecologicamente orientados) em esferas variadas da vida. A incorporação destes, por sua vez, contribui ao desenvolvimento do próprio campo ambiental.

Entre os catadores, considerando a discussão apresentada na seção anterior, é possível falar em um *habitus* que decorre da apropriação de uma cultura do trabalho e que alude ao valor deste como meio de transformação da própria vida (superação pessoal). Os dados construídos durante a pesquisa, além disso, sugerem que a esse *habitus* se encontra atrelada a crença na possibilidade de restauração da fratura existente entre indivíduo e sociedade. É nessa crença, por exemplo, que se fundamenta a aposta na possibilidade de uma integração social mais efetiva (porque menos interdita). O *habitus* compartilhado pelos catadores, assim como o *habitus ecológico*, inaugura um estilo de vida que leva à adoção de práticas e atitudes (economicamente orientados) em variadas esferas de suas vidas e que, a sua maneira, também prestam sua contribuição ao desenvolvimento do campo ambiental.

Curioso notar, nesse ínterim, que sob um olhar que considere apenas a manifestação concreta dos fenômenos objetivados, a expressão dos diferentes *habitus*, condicionada ela mesma pelas circunstâncias nas quais se dá, nem sempre produz distinções tão evidentes. Por exemplo, enquanto para o casal de educadores ambientais a incorporação de hábitos e atitudes, tais como a separação e o reaproveitamento dos resíduos, o recurso a plantas medicinais para o combate de enfermidades, a utilização preferencial de meios de transporte públicos ou não poluentes, entre outros, deriva da crença (sustentada pelo ideário ecológico) na possibilidade de *curar* o conflito entre natureza e cultura, para os catadores, a adoção de procedimentos bastante semelhantes a esses resulta da crença (sustentada pelo ideário econômico) na possibilidade de integração mais efetiva na sociedade, o que os obriga a se submeterem às adversidades que esta lhes impõe. Cotidianamente, tanto uns quanto outros, mantêm um consumo moderado (relativamente ao restante da população), gerenciam e reaproveitam resíduos (no caso dos primeiros, os seus; no caso das catadoras, preferencialmente os dos outros), combatem enfermidades e tratam doenças com receitas caseiras preparadas a partir de ervas medicinais. Contudo, enquanto aqueles o fazem por opção, e até mesmo por renúncia, estes o fazem por necessidade.

Considerações finais

Retomando as questões apresentadas no início da seção anterior, tem-se que os itinerários dos catadores pelo campo, para a ampla maioria deles, não se traduz em possibilidades efetivas de reformulação de si, dos seus projetos e, a partir deles, da sociedade como um todo. Entre os motivos para que isso (não) aconteça, destacam-se os que seguem. Em primeiro lugar, há no caminho entre os catadores e os ideais que animam o campo interditos de ordem estrutural. Admitindo-se que cada *habitus* se encontra vinculado a uma posição (ou a um conjunto de posições) social específica, pode-se levantar a questão da possibilidade de um *habitus ecológico* ser compartilhado indistintamente por agentes situados em posições diferentes do espaço social. Existem pré-requisitos mínimos (em termos

de capital econômico e capital cultural) para o compartilhamento de um *habitus ecológico*? Caso existam, quais são eles? Sem a pretensão de fornecer respostas categóricas a essas perguntas, os dados construídos durante a pesquisa sugerem que a carência de bens materiais e culturais por parte dos catadores, se não impede que construam suas subjetividades a partir da internalização de um campo de preocupações ambientais, dificultam-no substancialmente.

De outra parte, esses interditos de ordem estrutural se traduzem em interditos de ordem simbólica. Uma vez que os principais produtores dos discursos que circulam no campo ocupam posições sociais distintas (por vezes opostas) às posições ocupadas pelas catadoras e pelos catadores, o repertório simbólico que produzem não traduz os anseios e as necessidades desse grupo de agentes. Pode-se sugerir, nesse sentido, que os catadores não recorrem (ou pouco recorrem) a esses repertórios porque não se reconhecem do modo como são narrados por eles. Destarte, a despeito do relevante papel do campo ambiental como articulador de encontros socialmente improváveis, as trocas entre os produtores e os catadores acabam limitadas e não se traduzem em transformações significativas para estes. Trata-se de diálogos difíceis porque construídos sobre bases fundamentalmente distintas e que se ignoram reciprocamente.

Por fim, integrando aspectos dos dois tipos de interditos mencionados acima, pesa sobre a relação dos catadores com o campo ambiental o fato do desenvolvimento deste (a nível regional, nacional e mundial) não ter se traduzido ainda em modificações substanciais nas condições de trabalho daqueles. Conforme demonstram análises históricas da organização da cadeia produtiva da reciclagem na região sul do Brasil (Lisboa, 2013; Fischer et al., 2010), a evolução do debate público acerca da gestão dos resíduos sólidos urbanos (no qual os discursos de cunho ambiental desempenharam importante papel) não foi acompanhada por modificações significativas nas condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Essa constatação, vivida na pele pelos catadores, alimenta um sentimento de desconfiança por parte destes em relação às reais possibilidades de melhoria advindas do debate que é travado no campo ambiental. Desconfiança bem fundamentada, mas que impede aos que a experimentam a vivência de um engajamento mais efetivo com o campo, condição para que este possa lhes apresentar oportunidades de ressignificação pessoal, nos modos de ver-se, narrar-se, inserir-se.

Frente a essas interdições e dificuldades, na inexistência de possibilidades efetivas para a reformulação de suas próprias trajetórias a partir do campo ambiental, resta aos catadores a apropriação circunstancial de enunciados apreendidos nos encontros articulados por ele, configurando operações do tipo tático que lhes permite auferir pequenos benefícios ao mesmo tempo em que denunciam (colocando em questão) as lacunas que o campo ambiental lhes apresenta. Conforme explicitamos em outra ocasião,

Visualizamos [...] que os recicladores reproduzem discursos usuais às práticas do campo, apropriando dizeres genéricos acerca da relevância da reciclagem para o planeta e para a sociedade. Referem quando necessário um arcabouço de conhecimentos aprendidos no trabalho, mas sem que percebamos pertencimento ou uma interação significativa com o que discursam: a alusão à importância ambiental é instaurada como estratégia circunstancial, uma instrumentalização de noções presentes no espaço. (Lisboa, Pinheiro, Amaral e Cargnin, 2009, p.108)

Essa “caça furtiva” junto aos repertórios disponibilizados no espaço instituído pelo outro (neste caso, o campo ambiental) se concentra, sobretudo, naquela sua dimensão simbólica, discursiva. Os esquemas de ação que também são disponibilizados nesse espaço raramente são alvo de “apropriações indevidas”. A tática, neste caso, consiste em torná-los semelhantes ao que se é. Não há, na utilização

que fazem desses discursos, preocupação com o adequado tratamento dos conceitos que são apropriados nem com a adequada articulação entre eles. E isso porque a categoria “adequação” diz respeito às regras de produção dos próprios discursos e não às regras de utilização destes. O que conta para as catadoras e para os catadores que recorrem a esses repertórios simbólicos é a ocasião e o benefício a ela atrelado: encurtar ou prolongar a conversa com um pesquisador aqui, impressionar outro acolá, conquistar a confiança de um fornecedor mais adiante ou receber um elogio dali à frente. Trata-se de astúcias de sujeitos que, “por não terem um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas” (Certeau, 2008, p.79).

Referências

- Bourdieu, P. (2007). *O Poder simbólico* (11º. Ed.). Rio de Janeiro, RJ. EE.UU: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2011). *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (11º. Ed.). Campinas, SP. EE.UU: Papyrus.
- Brasil. (2010). *Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos*. Brasília, DF. EE.UU: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Carvalho, I. C. M.; Steil, C. A. (2009). O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. *Educação & Realidade*, 34 (3), 81-94.
- Certeau, M. A (2008). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. (15º. Ed.) Petrópolis, RJ. EE.UU: Vozes.
- Fischer, L. A. (1999). *Dicionário de Porto-Alegrês* (8º. Ed.). Porto Alegre, RS. EE.UU: Artes e Ofícios Editora Ltda.
- Fischer, N. B.; Stephanou, M.; Meyer, D. E. E. (2010). *Estudo do perfil socioeducacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho – região sul (relatório final)*. Porto Alegre, RS. EE.UU: FACED/UFRGS - SECAD/MEC.
- Lisboa, C. P., Pinheiro, L. R., Amaral, M. F., Cargnin, T. M. (2009). Trajetórias e tomadas de posição no campo ambiental: práticas sociais para a reciclagem. *Educação & Realidade*, 34 (3), 95-116.
- Lisboa, C. P. (2013). *Itinerários de catadores: (des)encontros com o campo ambiental*. Tese de Doutorado publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Perelman, M. D. (2011). La construcción de la idea de trabajo digno en los cirujas de la ciudad de Buenos Aires. *Intersecciones en Antropología*, 12, 69-81.
- Pinheiro, L. R., Lisboa, C. P., Amaral, M. F., Cargnin, T. M (2009). *Estudo do perfil*

socioeducacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho – Porto Alegre (relatório parcial).

Porto Alegre, RS. EE.UU: FACED/UFRGS - SECAD/MEC.